



1. APRESENTAÇÃO

Em 2011, a Secretaria da Fazenda – SEFAZ reafirmou seu papel essencial de responsável pela arrecadação, realizando primordialmente as funções de orientador da execução das despesas.

A SEFAZ deu continuidade à sua modernização para melhor atender ao cidadão e ao contribuinte, seguindo modelo de gestão pública atual, fundamentado em transparência e utilidade, objetivando fornecer ao contribuinte orientação e serviços mais eficientes, disponibilizar à sociedade instrumentos de acompanhamento e informação sobre as contas públicas, participar da promoção da inclusão social por meio da Educação Fiscal e divulgação de informações estimulando a prática da cidadania e promovendo o despertar da consciência tributária no cidadão.

O direcionamento estratégico da SEFAZ de 2011 atendeu aos parâmetros instituídos no Plano Plurianual 2008 a 2011, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei do Orçamento Anual – LOA, nos quais são definidas todas as orientações de funcionamento institucional, e teve como base os seguintes programas:

- Apoio Administrativo;
- Educação Fiscal;
- Modernização Fiscal; e
- Administração da Gestão Fiscal.

2. BASE LEGAL

A Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins – SEFAZ tem sua base legal instituída na Lei nº 1, de 23 de janeiro de 1989, publicada no Diário Oficial do Estado nº 4, de 16 de fevereiro de 1989, com as alterações posteriores, bem como a Lei nº 2.425, de 11 de janeiro de 2011, publicada no DOE nº 3.298, de 11.01.2011.

À Secretaria da Fazenda são atribuídas as seguintes competências:

I – Planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar e avaliar as políticas tributária e fiscal do Estado.

II – Gerir:

- a) os sistemas financeiro e contábil do Tesouro Estadual;
- b) a conta única do Tesouro Estadual.

III – Elaborar, coordenar e executar a programação financeira e contábil mensal e anual do Tesouro do Estado.

IV – Manter e controlar:





- a) o equilíbrio financeiro do Tesouro Estadual;
- b) os compromissos que onerem direta ou indiretamente o Tesouro Estadual;
- c) as operações de crédito de responsabilidade direta ou indireta do Estado;
- d) os sistemas de informação destinados a realizar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentário-financeira do Tesouro.

V – Adquirir bens e serviços.

VI – Emitir atestado ou declaração de regularidade do Estado quanto ao cumprimento das obrigações principais e acessórias previstas nas Constituições Federal e Estadual e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

VII – Desincumbir-se:

- a) da administração financeira e da contabilidade pública;
- b) da administração da dívida pública;
- c) das negociações econômicas e financeiras com governos, organismos multilaterais e agências governamentais.

3. MISSÃO

Maximizar a arrecadação para suprir o Estado com os recursos financeiros necessários ao seu desenvolvimento econômico e social.

3.1 Objetivo

Dotar a Secretaria da Fazenda de condições técnicas, instrumentais e de instalações, objetivando o incremento da arrecadação, e introduzir a Educação Tributária para o melhor atendimento ao cidadão.

3.2 Visão

Ser uma organização voltada à excelência em arrecadação, pautada na busca da qualidade nos processos e constante melhoria dos serviços prestados à sociedade.

3.3 Valores

São valores institucionais da SEFAZ:





- o compromisso com a sociedade;
- a credibilidade e respeito ao contribuinte;
- a ética, legitimidade, transparência e responsabilidade administrativa e social;
- a disposição, vontade e senso crítico para promover inovações nos processos; e
- a solidariedade, presteza e parcerias nos ambientes de trabalho.

3.4 Justificativa

No atual momento, todas as instituições públicas devem comprometer-se com a excelência da gestão em todos os seus níveis organizacionais. Para tal, faz-se necessária a implementação de uma administração empenhada com a qualidade e a produtividade e que, por meio de princípios, normas e ações, assim como das competências individuais, produza resultados positivos para a coletividade.

A SEFAZ desenvolveu contínuos ganhos em seu planejamento, que lhe permitiram agilidade na gestão, rapidez no acesso às informações e segurança dos dados registrados, com foco no contribuinte e no constante incremento da arrecadação.

3.5 Público Alvo

Toda a sociedade, ou seja, o contribuinte, o gestor público, o servidor público e os alunos das redes pública e privada de ensino, via a Educação Fiscal.

3.6 Estratégia de Implementação

A definição de estratégias para a organização é algo que necessita da análise minuciosa das necessidades, dos objetivos e da cultura da instituição. No caso da SEFAZ, para o exercício 2011, a obtenção de um direcionamento que lidasse com as ameaças e oportunidades naturais optou pela capacitação continuada de servidores e a melhoria das condições de trabalho, assim como o atendimento à população, com a manutenção da infraestrutura de rede e da tecnologia da informação em todas as suas unidades.

4. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

Em 2011, a gestão dos recursos públicos pela SEFAZ foi realizada em estrita observância aos preceitos instituídos pelo PPA, LDO e LOA, não havendo projeto de lei alterando ou criando novos projetos ou atividades para o órgão.

Convém ressaltar, ainda, que os programas desenvolvidos foram realizados em consonância às normas específicas de orientação e embasamento para a despesa pública e, em especial, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 4.320/64, a Lei nº 101/00 – LRF e o Decreto nº 3.943/2010 e 4.240/2011 com suas alterações, bem como na Portaria SEFAZ nº 1.019/2011.



Foi consignado acréscimo no valor do orçamento de R\$ 15.052.237,00 (quinze milhões, cinquenta e dois mil e duzentos e trinta e sete reais), correspondente a 7,49% do orçamento inicial fixado, conforme autorizado pelo art. 7º, inciso III da Lei n. nº 2.437, de 31 de março de 2011 (LOA), devido à insuficiência de saldos nos programas de trabalho, conforme demonstrado a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
Orçamento Inicial	201.065.297,00
(-) Reduções	23.242.104,93
Créditos Especiais / Extraordinários	0,00
(-) Reduções de Créditos Especiais	0,00
(+) Suplementações	16.389.272,00
(+) Transposições	5.868.559,00
(+) Transferências	16.036.510,93
TOTAL	216.117.534,00

Todas as alterações orçamentárias foram realizadas em conformidade aos arts. 34 a 37 da Lei n. 2.530/2011, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro 2011.

5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA ECONÔMICA E FONTE DE RECURSOS

As despesas realizadas no exercício de 2011, estão detalhadas por categoria e fonte de recursos na forma do quadro que segue:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	SALDO	%
Despesas Correntes	212.535.013,00	212.036.417,22	498.595,78	99,77
Despesas de Capital	3.582.521,00	6.466,33	3.576.054,67	0,18
TOTAL	216.117.534,00	212.042.883,55	4.074.650,45	98,11

FONTE DE RECURSO	AUTORIZADA	EXECUTADA	SALDO	%
0100 – Recursos Ordinários	211.829.481,00	211.829.459,71	21,29	99,99
4220- Operações de Crédito Externas	4.288.053,00	213.423,84	4.074.629,16	4,98
TOTAL	216.117.534,00	212.042.883,55	4.074.650,45	98,11



No tocante à execução orçamentária por categoria econômica, cumpre destacar a realização das despesas correntes autorizadas no valor de R\$ 212.036.417,22, representando 99,77% do valor estimado.

Saliena-se que o valor executado para as despesas de capital, de R\$ 6.466,33, atingiu 0,18% do valor autorizado. A meta estabelecida não foi atingida devido às dificuldades originadas na constatação de passivo de exercícios anteriores e à não efetivação da operação crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, bem como em função da frustração das receitas de transferências, fato que obrigou o contingenciamento de orçamento e de recursos.

6. EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Os programas instituídos pelo PPA para execução são:

- I. Programa de Apoio Administrativo
- II. Programa de Educação Fiscal
- III. Programa de Modernização Fiscal
- IV. Programa da Gestão Fiscal.

Ressalta-se que nos programas II, III e IV, relacionados acima, tiveram ações cujas previsões orçamentárias e financeiras, em decorrência do realinhamento das prioridades da gestão atual, sofreram remanejamentos pela sua totalidade e consequentemente cancelando a execução das metas físicas previstas.

6.1 Programa de Apoio Administrativo

Para o programa de Apoio Administrativo foram autorizados recursos no valor total de R\$ 211.145.263,00, tendo sido executado 99,99% do total previsto.

PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO (0195)				
Objetivo:	Manutenção das despesas tipicamente administrativas que contribuem para a consecução dos objetivos dos outros programas, porém não foram passíveis de apropriação.			
Prazo de Execução:	Caráter continuado			
Gerente do Programa:	Sandoval Vieira Labres			
METAS ORÇAMENTÁRIAS-FINANCEIRA				
Ação		Recursos (R\$)		
Nº	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	28.389.986,00	28.389.979,12	99,99
2002	Manutenção dos Serviços de Transportes	1.262.526,00	1.262.523,59	99,99
2003	Ações de Informática	623.817,00	623.813,69	99,99
2004	Manutenção de Recursos Humanos	180.868.934,00	180.868.928,99	99,99
TOTAL DO PROGRAMA		211.145.263,00	211.145.245,39	99,99
Obs: O Programa de Apoio Administrativo foi executado em 99,99% do orçamento autorizado, o				

X



que demonstra a adequação do recurso à previsão legal dos artigos 34 a 37 da Lei n. 2.530/2011.

6.2 Programa de Educação Fiscal

A Secretaria da Fazenda executa o Programa de Educação Fiscal compreendendo as seguintes ações:

- Capacitação de gestores e servidores públicos;
- Formação continuada dos agentes multiplicadores;
- Gestão do programa estadual de educação fiscal.

O programa em tela, desenvolvido há bastante tempo, continua sendo uma das esperanças para a formação do contribuinte do futuro, plenamente consciente de suas responsabilidades. Em 2011, os resultados consignam a formação de 836 agentes multiplicadores, a grande maioria servidores públicos estaduais, municipais e federais (professores e técnicos, via parcerias) atingido 42 municípios, perfazendo 1.228 inscritos no curso de Disseminadores de Educação Fiscal, em parceria com a ESAF/RF/CGU e SEDUC, que resultou em 68,08% de aprovação, o que consagra, mais uma vez, o Tocantins no cenário nacional.

PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FISCAL (023)							
Objetivo:	Implementar, promover e institucionalizar o Programa Estadual de Educação Fiscal.						
Justificativa:	O Estado, para se modernizar, necessita proporcionar capacitações, aprimoramento e a formação de consciência cívica, cultural e fiscal dos servidores públicos, alunos e sociedade em geral, objetivando a responsabilidade social.						
Estratégia de Implementação:	Capacitar gestores e servidores públicos e formar multiplicadores do programa, coordenando e monitorando o programa através de visitas técnicas.						
Prazo de Execução:	1/1/2008 a 31/12/2011						
Gerente do Programa	Elizabeth Leda de M. Barros						
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado			
Quantidade de gestores e servidores públicos qualificados	Porcentagem	55,73	31/12/11	100,00			
Quantidade de professores e técnicos formados	Porcentagem	0,00	31/12/11	100,00			
METAS ORÇAMENTÁRIAS-FINANCEIRA							
Ação		Recursos (R\$)			Metas Físicas		
Nº	Descrição	Autorizado	Executado	% Útil.	Prevista	Executada	% Útil.
2202	Capacitação de Gestores e Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	75	0	0,00
2203	Formação Continuada dos Agentes Multiplicadores	38.400,00	38.400,00	100,00	1.500	836	55,73
2204	Gestão do Programa Estadual de Educação Fiscal	0,00	0,00	0,00	100	0	0,00
TOTAL DO PROGRAMA		38.400,00	38.400,00	100,00			

X



6.3 Programa Administração da Gestão Fiscal

Abrange as seguintes ações:

- I. Modernização da sede e anexos da Secretária da Fazenda;
- II. Promoção de ações de saúde e assistência social;
- III. Manutenção do ambiente físico das unidades fiscais;

A redução do volume das transferências constitucionais exerceu significativa pressão sobre o total de recursos renunciados para a execução das metas previstas para o exercício 2011, causando o contingenciamento das cotas de custeio para atendimento de passivo anterior verificado. Ressalta-se, ainda, a transição política verificada em 2011, como explicação para a baixa execução das metas previstas.

PROGRAMA ADMINISTRAÇÃO DA GESTÃO FISCAL (021)								
Objetivo:	Dotar a Secretaria da Fazenda de condições técnicas, mantendo as instalações compatíveis para a consecução das ações pertinentes ao programa, objetivando o incremento da arrecadação estadual e permitir melhor atender o cidadão							
Justificativa:	Para que a Secretaria da Fazenda atenda com eficiência e eficácia as demandas institucionais e possa incrementar a arrecadação do Estado, é necessária a constância na modernização e no desenvolvimento dos processos de trabalho, nos sistemas e na tecnologia da informação, assim como nas instalações físicas e na capacitação dos servidores							
Estratégia de Implementação:	Implementar ações de capacitação e colocá-las em funcionamento, dotar as delegacias, postos fiscais, agências de atendimento e sede de equipamentos e mobiliários necessários ao seu funcionamento; contratar consultorias em: gestão organizacional, desenho e redesenho de processos, desenvolver sistemas integrados de informações, capacitação, interligar as unidades da Sefaz; construir, reformar, manter e mobiliar a sede e unidades da Sefaz; firmar convênios e parcerias com órgãos e entidades nacionais e internacionais para implementar ações do programa de modernização da administração fiscal, todas as ações serão realizadas dentro das normas vigentes.							
Prazo de Execução:	1/1/2008 a 31/12/2011							
Gerente do Programa:	Sandoval Vieira Labres							
Indicador Específico	Unidade de Medida	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado				
Previsão e realização da Receita Tributária	Porcentagem	111,38	31/12/2011	100,00				
METAS ORÇAMENTÁRIAS-FINANCEIRA								
Ação		Recursos (R\$)			Metas Físicas			
Nº	Descrição	Auto-rizado	Liqui-dado	Empe-nhado	% Útil.	Pre- vista	Exe- cutada	% Útil
1134	Modernização da Sede e Anexos da Secretaria da Fazenda	11.137,00	11.136,15	11.136,15	99,99	3	1	33,33



2005	Promoção de Ações de Saúde e Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	300	0	0
2201	Manutenção do Ambiente Físico das Unidades Fiscais	563,00	562,01	562,01	99,82	32	1	3,12
TOTAL DO PROGRAMA		11.700,00	11.698,16	11.698,16	99,98			

Nota: Indicador da Previsão e Realização da Receita Tributária elaborado com base na projeção da SEFAZ.

6.4 Programa Modernização Fiscal do Estado do Tocantins

Abrange as seguintes ações:

- I. Implementação e renovação de mobiliário e equipamentos das Delegacias Regionais;
- II. Construção e ampliação do ambiente físico das unidades fiscais;
- III. Reforma e ambiente físico das unidades fiscais;
- IV. Ampliação e renovação das unidades móveis das regionais;
- V. Ampliação e renovação dos equipamentos de informática das regionais;
- VI. Implementação dos sistemas tributário, administrativo e financeiro.

Embora as ações de capacitação de servidores estejam alocadas na Unidade Gestora 267900, deve ser entendido que a mesma é parte integrante da função institucional da SEFAZ.

Dessa forma, registrou-se a capacitação de 1.140 servidores, representando 89,84% da meta prevista. Foram realizados 48 cursos com 871,2 horas/aula e expedidos 1.123 certificados, além de realizados cinco cursos de capacitação externa.

A Escola de Gestão Fazendária – EGEFAZ lançou o projeto piloto EGEMÓVEL, com o fito de descentralizar as ações de capacitação e ministrar cursos presenciais nas Delegacias Regionais, obtendo maior agilidade na difusão do conhecimento, redução de custos e satisfação do servidor por não se afastar de seu ambiente laboral por muito tempo. Os trabalhos iniciaram-se com o curso de Informática Básica por Araguaína e Colinas do Tocantins, e dos mesmos participaram servidores com bons resultados.

PROGRAMA MODERNIZAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO TOCANTINS – PROFISCO (051)	
Objetivo:	Consolidar e aperfeiçoar o processo de reestruturação e modernização da administração fazendária do Estado do Tocantins.
Justificativa:	Proporcionar melhor gestão fiscal ao Estado, através do aperfeiçoamento e modernização dos instrumentos tecnológicos, aprimoramento dos recursos humanos e adequação das instalações físicas da SEFAZ e suas unidades, com vistas a tornar os serviços mais eficientes e eficazes, na busca do contínuo crescimento da arrecadação estadual
Estratégia de Implementação:	Aperfeiçoar a gestão fiscal com aprimoramento da estrutura organizacional, a implementação de ações de capacitação, consultoria de processos e sistemas, aquisições de equipamentos de TI e de apoio (mobiliário,

8



	veículos etc.), reformas e construções de instalações físicas, observadas as normas vigentes, com recursos do Tesouro Estadual e do convênio com o BID, com valor estimado na ordem de R\$ 85.515,00						
Prazo de Execução:	1.1.2008 a 31.12.2011						
Gerente do Programa:	Márcia Mantovani						
METAS ORÇAMENTÁRIAS-FINANCEIRAS							
Ação		Recursos (R\$)			Metas Físicas		
Nº	Descrição	Autorizado	Liquidado NE	% Útil.	Pre- vista	Execu- tada	% Útil.
1133	Implementação e Renovação de Mobiliário e Equipamentos das Regionais	620,00	620,00	100,00	104	1	0,96
1130	Construção e Ampliação do Ambiente Físico das Unidades Fiscais	0,00	0,00	0,00	0	0	0,00
1131	Reforma do Ambiente Físico das Unidades Fiscais	1,00	0,00	0,00	0	0	0,00
1132	Ampliação e Renovação das Unidades Móveis das Regionais	0,00	0,00	0,00	0	0	0,00
1135	Ampliação e Renovação dos Equipamentos de Informática das Regionais	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00
1136	Implementação dos Sistemas Tributário, Administrativos e Financeiro	4.921.550,00	846.920,00	17,20	20	3,5	17,50
TOTAL DO PROGRAMA		4.922.171,00	847.540,00	17,21			

7. DISFUNÇÕES EXISTENTES

Convém destacar que a crise financeira mundial e suas duradouras consequências a todas as economias mundiais influíram de forma significativa na redução do volume das transferências constitucionais, exercendo forte pressão sobre o total de recursos renunciados para a execução das metas previstas para o exercício 2011 e causando o contingenciamento das cotas de custeio para atendimento de expressivo passivo verificado, além do fato de 2011 ter sido um ano de transição de governo.

8. SITUAÇÃO DOS PROJETOS

A seguir é demonstrada a atual situação de todos os projetos da SEFAZ cuja duração ultrapassa a um exercício:

Nome do Projeto	Situação	Metas	
		Previstas	Realizadas
Renovação de Mobiliário e Equipamentos das Regionais	Em andamento	104	1
Construção e Ampliação Ambiente Físico das Unidades Fiscais	Em andamento	2	0
Reforma do Ambiente Físico das Unidades Fiscais	Em andamento	17	0

X



Ampliação e Renovação das Unidades Móveis das Regionais	Em andamento	13	0
Ampliação e Renovação dos Equipamentos de Informática da SEFAZ	Em andamento	170	0
Implementação dos Sistemas Tributário, Administrativo e Financeiro	Em andamento	20%	3,5%
Sistematização do trabalho de inteligência e contra-inteligência da SEFAZ	Em andamento	10%	1,33%
Modernização da Escola de Gestão Fazendária – EGEFAZ	Será iniciado em 2012	1	0
Modernização e Aperfeiçoamento da Secretaria da Fazenda	Em andamento	15%	4,13%
Sistematização do Processo de Planejamento Administrativo e Tributário da SEFAZ	Será iniciado em 2012	15%	0
Modernização da sede e anexos da Secretaria da Fazenda	Em andamento	3	1

9. INDICADORES DE GESTÃO

Os indicadores de gestão demonstram os índices de resultados alcançados no exercício financeiro. Os indicadores utilizados foram os seguintes:

- Índice de eficiência da execução orçamentária da ação
- Índice de eficiência da meta física

Entende-se por eficiência o uso racional dos meios que se dispõem para alcançar um objetivo previamente determinado.

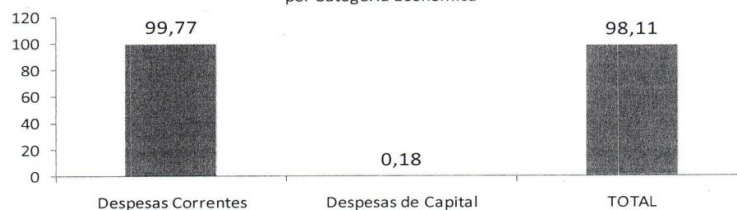
Assim, para a obtenção dos índices de eficiência utiliza-se as seguintes formulas:

INDICADOR: ÍNDICE DE EFICIÊNCIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA AÇÃO
<i>Fórmula:</i> $\frac{\text{Total do Orçamento Executado}}{\text{Total do Orçamento Autorizado}} \times 100$
INDICADOR: ÍNDICE DE EFICIÊNCIA DA META FÍSICA
<i>Fórmula:</i> $\frac{\text{Meta Física Executada}}{\text{Meta Física Prevista}} \times 100$

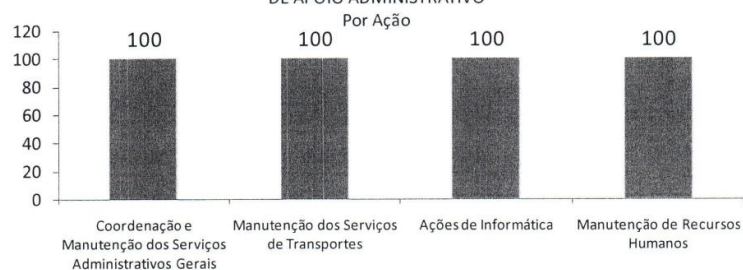




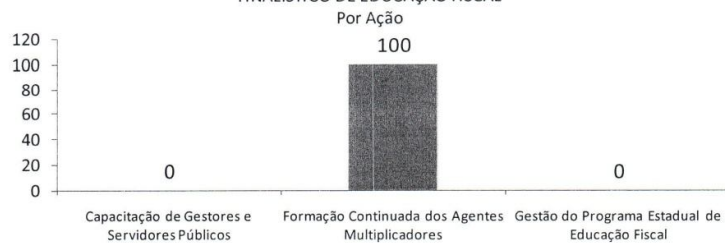
PERCENTUAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
por Categoria Econômica



PERCENTUAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA
DE APOIO ADMINISTRATIVO



PERCENTUAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA
FINALÍSTICO DE EDUCAÇÃO FISCAL



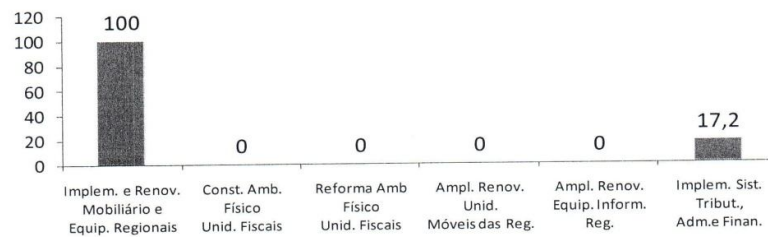
8



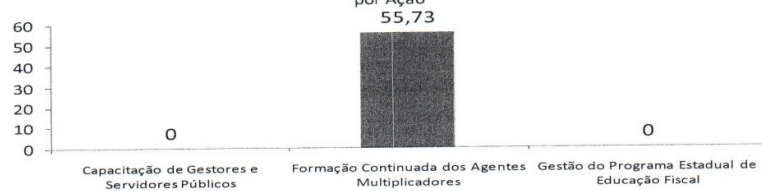
PERCENTUAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA
ADMINISTRAÇÃO DA GESTÃO FISCAL
Por Ação



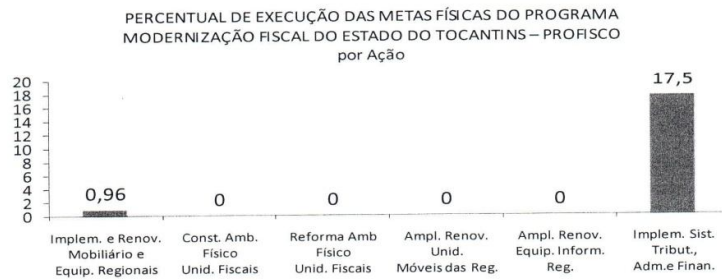
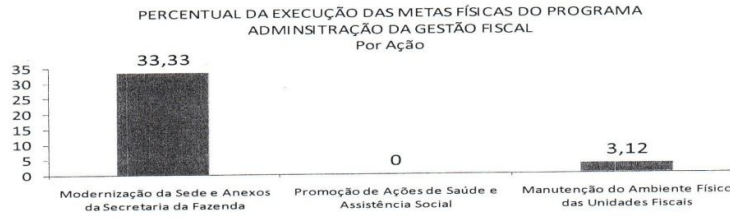
PERCENTUAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA
MODERNIZAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO TOCANTINS – PROFISCO
Por Ação



PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DAS METAS FÍSICAS DO PROGRAMA
FINALÍSTICO DA EDUCAÇÃO FISCAL
por Ação



8



9.1 Coordenação e Manutenção de Serviços Administrativos Gerais

Nome da Ação:	Coordenação e Manutenção de Serviços Administrativos Gerais							
Código da Categoria de Programação:	25010.04.122.0195.20010000							
Gerente:	Joana Lopes da Silva							
METAS ORÇAMENTÁRIAS-FINANCEIRAS								
GD	Fonte	Orçamento Inicial	Redução	Créditos Adicionais	Autorizado	Empenhado	% Exec.	Saldo
				Suplementar, Transposição e Transferência		NE		
3	0100	26.117.000,00	937.181,00	3.210.167,00	28.389.986,00	28.389.979,12	99,99	6,88
TOTAL		26.117.000,00	937.181,00	3.210.167,00	28.389.986,00	28.389.979,12	99,99	6,88

Os recursos utilizados nesta ação atenderam às despesas tipicamente administrativas, tais como: água, energia elétrica, telefonia fixa e móvel, concessão de diárias, serviços prestados por terceiros, aquisições de materiais de consumo imediato, exceto os próprios das outras ações, registrando-se o dispêndio total de R\$ 28.389.979,12, representando 99,99% do valor aprovado.



9.1.1 Patrimônio

A responsabilidade pelo registro e controle patrimonial é da Secretaria da Administração por meio do Sistema de Patrimônio – SISPAT, que controla e mantém o cadastro dos bens de propriedade do Estado, mediante critérios e responsabilidades, permitindo a incorporação, baixa e possíveis movimentações.

O controle patrimonial nos órgãos é realizado pelo Gestor Patrimonial, com a co-participação dos Responsáveis Setoriais, mediante utilização dos Termos de Responsabilidade – TR, os quais servem de fonte de dados para alimentação do sistema.

No fechamento do exercício 2011, o acervo patrimonial de bens móveis da Secretaria da Fazenda representava R\$26.200.358,46, devidamente identificado no inventário físico e financeiro por plaquetas com código de barras, e o acervo de bens imóveis está registrado pelo valor de R\$19.771.007,36, sendo que R\$28.904,11 é relativo a bens imóveis a cadastrar, cujo processo de regularização encontra-se em andamento.

No mês de novembro de 2011, esta unidade gestora iniciou os estudos para implantação dos procedimentos de depreciação, reavaliação e redução ao valor recuperável dos móveis, sendo formalizado por meio do Decreto nº 4.480, de 23 de janeiro de 2012, publicado no D.O.E n.º 3.553, objetivando a realização destes a partir de 2012.

9.1.2 Almoxarifado

A Secretaria da Fazenda registra e controla seu almoxarifado por meio do Sistema de Administração de Almoxarifado – ALMOX, desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia da Informação da Secretaria da Infraestrutura, que executa o acompanhamento das entradas pelas notas fiscais de compra e das saídas pelas requisições emitidas pelas diversas unidades organizacionais, via intranet.

As requisições são atendidas pelo Gerente do Almoxarifado, que determina as quantidades a serem liberadas, regulando a saída das mercadorias conforme parâmetros definidos pelo histórico de demanda. No fechamento do exercício 2011 o almoxarifado da Secretaria da Fazenda foi inventariado em R\$ 704.864,29, devidamente identificado no SIAFEM e no relatório físico/financeiro do estoque.

9.2 Manutenção de Serviços de Transportes

Nome da Ação:	Manutenção de Serviços de Transportes							
Código da Categoria de Programação:	25010.04.122.0195.20020000							
Gerente:	Joana Lopes da Silva							
METAS ORÇAMENTÁRIAS-FINANCEIRAS								
GD	Fonte	Orçamento	Redução	Créditos Adicionais	Autorizado	Empenhado	% Exec.	Saldo



		Inicial		Suplementar, Transposição e Transferência		NE		
3	0100	900.000,00	325.274,00	687.800,00	1.262.526,00	1.262.523,59	99,99	2,41
4	0100	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		905.000,00	330.274,00	687.800,00	1.262.526,00	1.262.523,59	99,99	2,41

Nesta ação foram apropriadas despesas no total de R\$ 1.262.523,59 relativas à manutenção de 142 veículos, sendo trinta caminhonetes, quatro microônibus, um reboque para canoa, cinco reboques tipo *trailer*, cem automóveis tipo popular, um caminhão médio com capacidade para 13 t com carroçaria tipo baú e uma motocicleta com baú. Neste valor está incluído o combustível e manutenção para todos os veículos descritos.

9.3 Manutenção de Recursos Humanos

Nome da Ação:		Manutenção de Recursos Humanos							
Código da Categoria de Programação:		25010.04.122.0195.20040000							
Gerente		Rosane Santos Voltoline Rocha							
METAS ORÇAMENTÁRIAS-FINANCEIRAS									
GD	Fonte	Orçamento Inicial	Redução	Créditos Adicionais	Autorizado	Empenhado		% Exec.	Saldo
				Suplementar, Transposição e Transferência		NE			
3	0100	165.497.244,00	15.160.625,93	30.532.315,93	180.868.934,00	180.868.928,99	99,99	5,01	
TOTAL		165.497.244,00	15.160.625,93	30.532.315,93	180.868.934,00	180.868.928,99	99,99	5,01	

Esta ação refere-se, diretamente, à remuneração do pessoal ativo e seus encargos sociais na elaboração da folha de pagamento de 1.644 servidores, sendo 900 efetivos sem comissão ou função de confiança, 240 efetivos comissionados, 83 efetivos em função de confiança, 62 comissionados e não efetivos e 359 servidores em contrato temporário de prestação de serviços.

O processamento mensal da folha é efetuado pelo Sistema de Gestão de Pessoal – SIGESP, coordenado e operado pela Secretaria da Administração – SECAD, mediante os dados fornecidos pelo órgão.

O valor empenhado com a remuneração de pessoal da SEFAZ em 2011 foi de R\$ 180.868.928,99 (cento e oitenta milhões, oitocentos e sessenta e oito mil novecentos e vinte e oito reais e noventa e nove centavos) incluindo o décimo terceiro salário e encargos de dezembro de 2011.

9.4 Ações de Informática

Nome da Ação:		Ações de Informática	
Código da Categoria de Programação:		25010.04.126.0195.20030000	



Gerente:		Ricardo Pimentel Garcia							
METAS ORÇAMENTÁRIAS-FINANCEIRAS									
GD	Fonte	Orçamento Inicial	Redução	Créditos Adicionais	Autorizado	Empenhado	% Exec.	Saldo	
				Suplementar, Transposição e Transferência		NE			
3	0100	834.500,00	335.742,00	125.000,00	623.758,00	623.755,35	99,99	2,65	
4	0100	0,00	0,00	59,00	59,00	58,34	98,88	0,66	
TOTAL		834.500,00	335.742,00	125.059,00	623.817,00	623.813,69	99,99	3,31	

Para os projetos e sistemas que fazem parte do Sistema Integrado de Tecnologia da Informação da SEFAZ foram investidos, em 2011, R\$ 623.813,69, sendo R\$ 516.758,51 em serviços de terceiros e R\$ 107.055,18 aplicados em material de consumo e outros.

9.5 Capacitação de Gestores e Servidores Públicos

Nome da Ação:		Capacitação de Gestores e Servidores Públicos							
Código da Categoria de Programação:		25010.04.122.0023.22020000							
Produto		Unidade de Medida	Meta Física Inicial	Meta Física Executada	% de Execução				
Gestores e servidores públicos capacitados		Unidade	104	0	0,00				
Gerente: Elizabeth Leda M. Barros									
METAS ORÇAMENTÁRIAS-FINANCEIRAS									
GD	Fonte	Orçamento Inicial	Redução	Créditos Adicionais	Autorizado	Empenhado	% Exec.	Saldo	
				Suplementar, Transposição e Transferência		NE			
3	0100	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL		50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Obs.: A meta prevista para esta ação não foi atingida em função do contingenciamento das cotas de custeio ficando reprogramada para o próximo exercício.									

9.6 Formação Continuada de Agentes Multiplicadores

Nome da Ação:		Formação Continuada de Agentes Multiplicadores							
Código da Categoria de Programação:		25010.04.122.0023.22030000							
Produto		Unidade de Medida	Meta Física Inicial	Meta Física Executada	% de Execução				
Professores e técnicos da rede pública formados		Unidade	1500	836	55,73				
Gerente: Elizabeth Leda M. Barros									
METAS ORÇAMENTÁRIAS-FINANCEIRAS									





GD	Fonte	Orç. Inicial	Redução	Créditos Adicionais	Autorizado	Empenhado	% Exec.	Saldo
				Suplementar, Transposição e Transferência		NE		
3	0100	130.000,00	91.600,00	0,00	38.400,00	38.400,00	99,99	0,00
TOTAL		130.000,00	91.600,00	0,00	38.400,00	38.400,00	99,99	0,00

Obs.: A meta física e financeira prevista para esta ação não foi atingida na sua totalidade em função do contingenciamento das cotas de custeio.

9.7 Gestão do Programa Estadual de Educação Fiscal

Nome da Ação:		Gestão do Programa Estadual de Educação Fiscal						
Código da Categoria de Programação:		25010.04.12.0023.22040000						
Produto		Unidade de Medida		Meta Física Inicial	Meta Física Executada	% de Execução		
Programa Estadual de Educação Fiscal executado e monitorado		Porcentagem		100	0	0,00		
Gerente Elizabeth Leda M. Barros								
METAS ORÇAMENTÁRIAS-FINANCEIRAS								
GD	Fonte	Orçamento Inicial	Redução	Créditos Adicionais	Autorizado	Empenhado	% Exec.	Saldo
				Suplementar, Transposição e Transferência		NE		
3	0100	14.500,00	14.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		14.500,00	14.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Obs.: As metas não foram executadas em virtude da limitação dos recursos orçamentários e financeiros.

9.8 Modernização da Sede e Anexos da Secretaria da Fazenda

Nome da Ação:		Modernização da Sede e Anexos da Secretaria da Fazenda							
Código da Categoria de Programação:		25010.04.122.021.11340000							
Produto		Unidade de Medida	Meta Física Inicial	Meta Física Executada	% de Execução				
Sede e Anexos da Secretaria da Fazenda dotados de condições satisfatórias de utilização e conforto		Unidade	3	1	33,33				
METAS ORÇAMENTÁRIAS-FINANCEIRAS									
GD	Fonte	Orç. Inicial	Redução	Créditos Adicionais	Autorizado	Liquido	Empenhado	% Exec.	Saldo
				Suplementar, Transposição e Transferência					
3	0100	100.000,00	94.651,00	0,00	5.349,00	5.348,16	5.348,16	99,98	0,84
4	0100	397.000,00	396.212,00	5.000,00	5.788,00	5.787,99	5.787,99	99,99	0,01
TOTAL		497.000,00	490.863,00	5.000,00	11.137,00	11.136,15	11.136,15	99,99	0,85

8



Obs.: A meta física e financeira prevista para esta ação não foi atingida na sua totalidade em função do contingenciamento das cotas de custeio, contudo foi adquirido sistema de monitoramento de presença por meio de câmera de segurança para a EGEFAZ, além da reforma do telhado do Anexo I, cuja situação comprometia a estrutura do prédio.

9.9 Promoção de Ações de Saúde e Assistência Social

Nome da Ação:		Promoção de Ações de Saúde e Assistência Social							
Código da Categoria de Programação:		25010.04.131.0021.20050000							
Produto		Unidade de Medida		Meta Física Inicial	Meta Física Executada	% de Execução			
Servidor acompanhado		Unidade		300	0,00	0,00			
METAS ORÇAMENTÁRIAS-FINANCEIRAS									
GD	Fonte	Orçamento Inicial	Redução	Créditos Adicionais Suplementar, Transposição e Transferência	Autorizado	Liquidado	Empenhado	% Exec.	Saldo
3	0100	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obs.: Nesta ação não houve execução em função da limitação orçamentária e financeira ficando para o exercício seguinte.									

9.10 Manutenção do Ambiente Físico das Unidades Fiscais

Nome da Ação:		Manutenção do Ambiente Físico das Unidades Fiscais							
Código da Categoria de Programação:		25010.04.122.0021.22010000							
Produto		Unidade de Medida		Meta Física Inicial	Meta Física Executada	% de Execução			
Delegacias, Postos Fiscais e Agências de Atendimento reformadas e ou com a estrutura física conservada		Porcentagem		32	0,00	0,00			
Gerente: Sandoval Vieira Labres									
METAS ORÇAMENTÁRIAS-FINANCEIRAS									
GD	Fonte	Orç. Inicial	Redução	Créditos Adicionais Suplementar, Transposição e Transferência	Autorizado	Liquidado	Empenhado	% Exec.	Saldo
3	0100	304.000,00	303.437,00	0,00	563,00	562,01	562,01	99,82	0,99
TOTAL		304.000,00	303.437,00	0,00	563,00	562,01	562,01	99,82	0,99
Obs.: No PPA 2011 foi prevista a manutenção de 32 unidades. Todavia, em função das limitações orçamentária e financeira, somente foi adquirido um regulador do motor estacionário do posto fiscal do Estreito, jurisdicionado à DR de Tocantinópolis.									

9.11 Implementação e Renovação de Mobiliário e Equipamento das Regionais

X



Nome da Ação:		Implementação e Renovação de Mobiliário e Equipamento das Regionais							
Código da Categoria de Programação:		25010.04.122.0051.11330000							
Produto		Unidade de Medida		Meta Física Inicial	Meta Física Executada	% de Execução			
Móveis e utensílios renovados e implementados		Unidade		104	1	0,96			
Gerente: Joana Lopes da Silva									
METAS ORÇAMENTÁRIAS-FINANCEIRAS									
GD	Fonte	Orçamento Inicial	Redução	Créditos Adicionais Suplementar, Transposição e Transferência	Autorizado	Liquidado	Empenhado	% Exec.	Saldo
4	0100	143.000,00	142.380,00		620,00	620,00	620,00	100,00	0,00
TOTAL		143.000,00	142.380,00		620,00	620,00	620,00	100,00	0,00

Obs.: No PPA 2011 foram previstas metas físicas de 104 unidades para implementação da renovação de mobiliário e equipamentos. Todavia, em função das limitações orçamentárias e financeiras, somente foi realizada a aquisição de um painel eletrônico para DR de Araguaína.

9.12 Construção e Ampliação do Ambiente Físico das Unidades Fiscais

Nome da Ação:		Construção e Ampliação do Ambiente Físico das Unidades Fiscais							
Código da Categoria de Programação:		25010.04.125.0051.11330000							
Produto		Unidade de Medida		Meta Física Inicial	Meta Física Executada	% de Execução			
Unidades fiscais construídas e ampliadas		Unidade		2	0	0,00			
Gerente: Sandoval Vieira Labres									
METAS ORÇAMENTÁRIAS-FINANCEIRAS									
GD	Fonte	Orçado Inicial	Redução	Créditos Adicionais Suplementar, Transposição e Transferência	Autorizado	Liquidado	Empenhado	% Exec.	Saldo
4	0100	1.085.000,00	1.085.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		1.085.000,00	1.085.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Obs.: No PPA 2011 foram previstas duas construções, no entanto, em função das limitações orçamentárias e financeiras não foi possível sua execução.

9.13 Reforma do Ambiente Físico das Unidades Fiscais

Nome da Ação:		Reforma do Ambiente Físico das Unidades Fiscais							
Código da Categoria de Programação:		25010.04.125.051.11310000							

8



Produto		Unidade de Medida	Meta Física Inicial	Meta Física Executada	% de Execução				
Unidades fiscais reformadas		Porcentagem	17	0	0,00				
Gerente: Sandoval Vieira Labres									
METAS ORÇAMENTÁRIAS-FINANCEIRAS									
GD	Fonte	Orçado Inicial	Redução	Créditos Adicionais	Autorizado	Liquidado	Empenhado	% Exec.	Saldo
				Suplementar, Transposição e Transferência					
4	0100	255.000,00	254.999,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
TOTAL		255.000,00	254.999,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00

Obs.: Foram previstas obras de reforma em dezessete unidades fiscais. Todavia, em função das limitações orçamentárias e financeiras, a Administração decidiu rever as prioridades e contemplar outras necessidades. Foi realizado o processo licitatório da reforma do posto fiscal de Santa Izabel, jurisdicionado à DR de Xambioá, que face a demora dos procedimentos teve o início das obras e sua conclusão transferidos para o próximo exercício.

9.14 Ampliação e Renovação das Unidades Móveis das Regionais

Nome da Ação:	Ampliação e Renovação das Unidades Móveis das Regionais								
Código da Categoria de Programação:	25010.04.125.0051.11320000								
Produto		Unidade de Medida	Meta Física Inicial	Meta Física Executada	% de Execução				
Unidades móveis ampliadas e renovadas		Unidade	13	0,00	0,00				
Gerente: Joana Lopes da Silva									
METAS ORÇAMENTÁRIAS-FINANCEIRAS									
GD	Fonte	Orçado Inicial	Redução	Créditos Adicionais	Autorizado	Liquidado	Empenhado	% Exec.	Saldo
				Suplementar, Transposição e Transferência					
4	0100	550.000,00	550.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		550.000,00	550.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Obs.: No PPA 2011 foi prevista a aquisição de treze veículos. Todavia, em função das limitações orçamentária e financeira, a Administração decidiu rever as prioridades e contemplar outras necessidades.

9.15 Ampliação e Renovação dos Equipamentos de Informática das Regionais

Nome da Ação:	Ampliação e Renovação dos Equipamentos de Informática das Regionais				
Código da Categoria de Programação:	25010.04.126.0051.11350000				

X



Produto		Unidade de Medida	Meta Física Inicial	Meta Física Executada	% de Execução				
Equipamentos renovados		Unidade	170	0,00	0,00				
Gerente: Ricardo Pimentel Garcia									
METAS ORÇAMENTÁRIAS-FINANCEIRAS									
GD	Fonte	Orç. Inicial	Redução	Créditos Adicionais Suplementar, Transposição e Transferência	Autorizado	Liquidado	Empenhado	% Exec.	Saldo
4	0100	165.000,00	165.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		165.000,00	165.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obs.: Nesta ação foi prevista a aquisição de 170 equipamentos de informática. Todavia, em função das limitações orçamentárias e financeiras, a Administração decidiu rever as prioridades e contemplar outras necessidades.									

9.16 Implementação dos Sistemas Tributário, Administrativo e Financeiro

Nome da Ação:	Implementação dos Sistemas Tributário, Administrativo e Financeiro								
Código da Categoria de Programação:	25010.04.126.0051.11360000								
Produto		Unidade de Medida	Meta Física Inicial	Meta Física Executada	% de Execução				
Sistema tributário, administrativo e financeiro implementados		Porcentagem	20	3,5	17,5				
Gerente: Ricardo Pimentel Garcia									
METAS ORÇAMENTÁRIAS-FINANCEIRA									
GD	Fonte	Orçado Inicial	Redução	Créditos Adicionais Suplementar, Transposição e Transferência	Autorizado	Liquidado	Empenhado	% Exec.	Saldo
3	4220	3.100.000,00	3.100.000,00	712.000,00	712.000,00	213.423,84	213.423,84	29,98	498.576,16
3	0100	0,00	503,00	634.000,00	633.497,00	633.496,16	633.496,16	99,92	0,84
4	0100	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	4220	0,00	0,00	2.388.000,00	2.388.000,00	0,00	0,00	0,00	2.388.000,00
4	4220	1.188.053,00	0,00		1.188.053,00	0,00	0,00	0,00	1.188.053,00
TOTAL		4.488.053,00	3.300.503,00	3.734.000,00	4.921.550,00	846.920,00	846.920,00	22,68	4.074.630,00
Obs.: Para 2011 a SEFAZ previu como meta física inicial 20% de implementação do sistema tributário, administrativo e financeiro, com recursos oriundos do PDRS e do PROFISCO (BID), sendo que este que não teve o projeto concluso, ficando a assinatura dos contratos prevista para o início de 2012. Destarte, foram aplicados somente os recursos do PDRS e da contrapartida do Estado do Tocantins.									



10. DIFICULDADES ENCONTRADAS

No que concerne às dificuldades encontradas para colocar em prática as ações propostas em cada programa, bem como para sua manutenção, cumpre listar as seguintes:

10.1 Programa de Educação Fiscal

As dificuldades e ou causas que inviabilizaram o alcance dos resultados esperados podem ser descritas, de forma genérica, como:

- a) o não envolvimento de todos os parceiros na elaboração do planejamento estratégico;
- b) a indefinição de espaços específicos no calendário da SEDUC para a realização de oficinas pedagógicas para os professores da Rede Estadual de Ensino;
- c) As deficiências tecnológicas de vários municípios do estado;
- d) falta de recurso financeiro;
- e) falta de logística dos parceiros.

10.2 Programa Administração da Gestão Fiscal

Este programa teve comprometida sua execução em função da escassez dos recursos, notadamente pelo contingenciamento das cotas de custeio.

10.3 Programa de Modernização Fiscal do Estado do Tocantins

Os recursos aplicados neste programa limitaram-se aos oriundos do PDRS e da contrapartida estadual, que foram escassos. Todavia, a maior dificuldade em sua implementação foi a não conclusão do projeto PROFISCO com o BID, permanecendo o encerramento das negociações deste projeto postergado para o exercício 2012, haja vista que a alavancagem do processo de modernização estar vinculada a liberação deste recurso.

11. RESULTADOS DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

Os resultados do monitoramento das ações desenvolvidas, destacados os efeitos produzidos na comunidade em termos sociais e econômicos, podem ser evidenciados.

A melhora no controle e o aperfeiçoamento dos procedimentos das áreas de execução fiscal, financeira e contábil visaram alcançar a finalidade precípua de planejar com eficiência e efetividade para reduzir custos e ampliar a aplicação de recursos em prol da sociedade.

É importante realçar que a arrecadação do ICMS no Tocantins, em 2011, obteve crescimento nominal de 13,41% se comparado ao exercício anterior,



evoluindo de R\$ 1.120.065.646,00 para R\$ 1.270.238.684,00. Contudo, relativamente à Previsão Orçamentária do exercício, destaca-se que a arrecadação deste tributo ficou 7,60% acima do valor projetado.

No tocante ao IPVA, o crescimento nominal da arrecadação foi de 23,38% se comparado o total arrecadado em 2011, de R\$ 96.982.219,00, ao resultado de 2010, R\$ 78.604.355,00. A arrecadação deste tributo representou acréscimo de 21,98% sobre a previsão orçamentária do exercício.

A arrecadação tributária total, em 2011, de R\$ 1.675.384.197,77, significou acréscimo de 20,27 % sobre a arrecadação total de tributos de 2010, de R\$ 1.393.011.423,93, representando diferença a maior de 11,38% sobre o valor projetado.

São acostados ao presente relatório demonstrativos evidenciando o aumento da arrecadação e os indicadores de impactos sociais e econômicos das ações desenvolvidas, Anexos I a VI..

12. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

Não houve transferência de recursos quanto a repasse financeiros provenientes de convênios firmados com instituições lucrativas ou sem fins lucrativos.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente prestação de contas demonstra adequadamente a posição orçamentária, patrimonial e financeira desta Secretaria em 31 de dezembro de 2011, bem como a conformidade das operações realizadas de acordo com o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. A observância à legislação pertinente e aos princípios fundamentais de Contabilidade aplicados à Administração Pública foi a tônica adotada com vistas ao incremento da arrecadação e o aperfeiçoamento do controle contábil e financeiro do Estado.

A Secretaria da Fazenda realizou esforços no aperfeiçoamento do seu planejamento para permitir maior agilidade na gestão de sua administração, buscando incrementar o desempenho e a segurança no acesso a informações necessárias ao bom atendimento ao cidadão, sendo parceira na implantação do Portal da Transparência do Estado.

Entre as ações previstas, e suas estratégias de implementação nos programas em referência, desenvolvidas pela Secretaria da Fazenda no exercício 2011, destacam-se:

- I. Capacitação continuada dos recursos humanos;
- II. Manutenção de infraestrutura de hardware e software adequadas à solução da NF-e, Sistema de Administração Tributária e futuras



- implementações de novas aplicações da SEFAZ, assegurando os aspectos de performance, segurança, disponibilidade e escala;
- III. Manutenção e suporte do software do servidor de aplicação Websphere, a fim de assegurar os serviços de suporte técnico, manutenção e upgrades referentes ao software e servidor para a solução NF-e;
 - IV. Continuidade das ações voltadas à racionalização administrativa, como o projeto de remanufatura de cartuchos e toners (projeto recicle) e o programa de estágio supervisionado;
 - V. A continuidade do programa de educação fiscal reconhecido em todo o Brasil e pelos organismos internacionais, o melhoramento do portal de serviços da SEFAZ/atendimento do Sistema Integrado da Administração Tributária – SIAT e o desenvolvimento do Sistema de Inteligência Fiscal na rede mundial de computadores.

Observe-se, contudo, que durante a execução das ações foram encontradas algumas dificuldades que inviabilizaram o alcance dos resultados esperados para os programas, sobretudo em decorrência da indisponibilidade orçamentário–financeira originada do contingenciamento das cotas de custeio, para o pagamento do expressivo passivo de exercícios anteriores. Ressalte-se, ainda, que alguns parceiros não cumpriram sua parte, na integralidade, para a execução de algumas ações.

Inquestionavelmente, e em termos sociais e econômicos, as ações desenvolvidas por esta Secretaria produziram efeitos na comunidade, além de proporcionar melhoria do controle e aperfeiçoamento dos processos nas áreas de execução fiscal, financeira e contábil, possibilitando planejar com maior eficiência e efetividade e permitindo visualizar a redução de custos e a ampliação da aplicação dos recursos do Estado em prol de sua sociedade.

JOSÉ JAMIL FERNANDES MARTINS
Secretário de Estado da Fazenda



GOVERNO DO
TOCANTINS
www.to.gov.br

SECRETARIA DA
FAZENDA
www.sefaz.to.gov.br

ANEXO II
ARRECAÇÃO DE IPVA DO ESTADO DO TOCANTINS
Por Trimestre e Mês
2008 - 2011

Em R\$

Mês	2008	2009	2010	2011	Var. (%)			(%) do Total			
					09 / 08	10 / 09	10 / 09	2008	2009	2010	2011
1º Trimestre	12.279.841	12.118.328	12.005.638	17.518.077	-1,32	-0,93	45,92	100,00	100,00	100,00	100,00
Janeiro	3.099.059	1.743.671	2.135.836	4.171.802	-43,74	22,49	95,32	25,24	14,39	17,79	23,81
Fevereiro	4.421.283	5.080.983	4.218.210	6.759.473	14,92	-16,98	60,25	36,00	41,93	35,14	38,59
Março	4.759.499	5.293.674	5.651.592	6.586.802	11,22	6,76	16,55	38,76	43,68	47,07	37,60
2º Trimestre	20.275.734	23.711.629	25.106.605	31.977.812	16,95	5,88	27,37	100,00	100,00	100,00	100,00
Abril	5.070.652	5.217.183	5.471.809	5.836.337	2,89	4,88	6,66	25,01	22,00	21,79	18,25
Maior	6.888.068	8.377.971	9.316.359	12.717.110	21,63	11,20	36,50	33,97	35,33	37,11	39,77
Junho	8.317.014	10.116.475	10.318.437	13.424.365	21,64	2,00	30,10	41,02	42,66	41,10	41,98
3º Trimestre	18.946.441	25.572.307	29.527.690	32.615.659	34,97	15,47	10,46	100,00	100,00	100,00	100,00
Julho	6.533.170	8.405.272	9.489.877	9.773.760	28,66	12,90	2,99	34,48	32,87	32,14	29,97
Agosto	6.014.053	7.821.418	9.579.021	11.171.390	30,05	22,47	16,62	31,74	30,59	32,44	34,25
Setembro	6.399.219	9.345.617	10.458.792	11.670.509	46,04	11,91	11,59	33,78	36,55	35,42	35,78
4º Trimestre	6.916.064	10.317.784	11.964.422	14.870.671	49,19	15,96	24,29	100,00	100,00	100,00	100,00
Outubro	2.882.321	4.131.468	4.558.717	5.024.688	43,34	10,34	10,22	41,68	40,04	38,10	33,79
Novembro	1.992.296	3.000.996	3.581.860	4.231.069	50,63	19,36	18,12	28,81	29,09	29,94	28,45
Dezembro	2.041.447	3.185.320	3.823.845	5.614.914	56,03	20,05	46,84	29,52	30,87	31,96	37,76
TOTAL GERAL	58.418.080	71.720.048	78.604.355	96.982.219	22,77	9,60	23,38	-	-	-	-

Fonte: SEFAZ / TO



GOVERNO DO
GOIÁS
www.go.gov.br

SECRETARIA DA
FAZENDA
www.sfgz.go.gov.br

ANEXO - III
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00
PREVISTO X ARRECADADO EXERCÍCIO 2011

Mês	ICMS		IRRF		COMPENSAÇÕES		MULTA POR AUTO DE INFRAÇÃO'		ITCD			
	Projetado	Arrecadado	Var. (%)	Projetado	Arrecadado	Var. (%)	Projetado	Arrecadado	Var. (%)	Arrecadado		
Janeiro	93.250.049,15	105.021.472,26	12,61	2.200.870,81	1.562.487,17	-28,99	272.643,00	313.177,78	241,20	202.977,87	220.043,11	8,41
Fevereiro	84.555.171,07	90.876.237,75	7,48	3.335.309,42	2.380.628,46	-28,62	313.177,78	361.520,87	15,44	221.559,23	320.838,99	44,81
Março	84.927.384,98	91.236.819,34	7,43	1.859.138,94	1.343.971,57	-27,71	522.074,87	426.826,25	-18,24	391.719,86	255.473,31	-34,78
Abril	88.542.997,11	96.063.488,93	8,49	4.017.209,21	3.555.991,61	-11,48	303.587,17	402.203,25	32,48	185.822,63	245.151,44	31,93
Mai	92.572.659,64	99.345.961,63	7,32	3.726.884,86	2.140.605,46	-42,56	342.622,42	517.127,59	50,93	280.282,85	815.334,75	190,90
Junho	98.294.485,47	106.259.836,67	8,10	2.448.754,25	1.478.795,36	-44,70	459.620,58	466.288,78	1,45	259.260,54	757.467,97	192,16
Julho	98.687.550,60	106.340.731,42	7,75	2.674.232,16	1.478.795,36	-44,70	1.120.544,83	443.392,84	-60,43	330.196,23	327.014,65	-0,96
Agosto	107.348.251,55	113.832.545,56	6,04	2.498.944,00	3.677.726,97	47,17	283.505,32	543.412,32	91,68	305.606,04	614.421,34	101,05
Setembro	107.329.919,05	112.584.858,22	4,90	3.994.582,03	2.700.775,30	-32,39	325.275,23	421.767,43	29,66	277.928,81	425.962,51	53,26
Outubro	106.601.072,01	112.272.844,67	5,32	4.473.606,32	3.435.589,28	-23,20	301.624,06	453.883,17	51,63	284.741,66	328.439,58	15,35
Novembro	106.397.899,82	112.647.636,40	5,87	5.538.698,60	-	-100,00	411.367,23	663.499,18	61,29	365.067,47	409.951,61	12,29
Dezembro	106.359.503,06	117.669.016,99	10,63	5.613.598,48	-	-100,00	411.367,23	663.499,18	61,29	365.067,47	409.951,61	12,29
Total	1.174.875.943,50	1.264.151.449,84	7,60	42.381.429,05	24.771.682,60	-41,55	4.985.197,30	6.087.235,38	22,11	3.364.154,02	5.133.852,33	52,60

Mês	IPVA		IPVA-DÍVIDA ATIVA		Taxas							
	Projetado	Arrecadado	Var. (%)	Projetado	Arrecadado	Var. (%)						
Janeiro	10.505.933,80	14.626.739,97	39,22	2.344.070,60	209.719,18	-30,71	1.067.985,77	747.225,84	-30,03			
Fevereiro	11.565.218,32	18.083.954,65	55,02	4.793.890,40	6.604.455,33	37,77	288.053,63	155.018,24	-46,18			
Março	13.392.334,69	16.912.777,26	26,29	5.620.295,01	6.435.546,22	14,51	364.410,39	151.256,38	-58,49			
Abril	11.061.765,46	15.834.119,31	43,14	5.501.776,49	5.691.256,14	3,44	315.559,87	145.080,51	-54,02			
Mai	10.916.171,77	15.865.763,20	45,34	9.350.980,90	12.504.876,73	33,73	314.074,63	212.233,33	-32,43			
Junho	12.184.054,85	16.289.060,28	33,69	10.686.899,21	13.214.985,63	23,66	342.656,39	209.379,41	-38,90			
Julho	14.423.865,65	21.420.100,63	48,50	8.958.166,52	9.635.979,00	7,57	402.565,66	137.781,39	-65,77			
Agosto	11.912.284,26	18.701.316,95	56,99	8.741.248,33	10.956.195,00	25,94	348.077,73	215.194,77	-38,18			
Setembro	12.107.682,63	17.813.733,41	47,13	9.902.904,28	11.540.825,20	16,54	275.257,78	129.683,77	-52,89			
Outubro	12.941.399,79	17.968.206,35	38,84	3.914.053,77	4.930.472,58	25,97	208.176,02	94.215,08	-54,74			
Novembro	13.014.357,25	18.253.763,06	40,26	2.920.592,66	4.127.573,71	41,33	251.174,66	103.495,16	-58,80			
Dezembro	27.413.602,80	54.913.236,15	100,31	3.164.765,86	5.307.745,43	67,71	31.026,94	307.168,63	5,55			
Total	161.538.611,29	246.682.771,22	52,71	75.899.644,02	94.976.392,40	25,13	3.610.762,99	2.005.827,86	-44,45	15.327.766,36	10.288.318,11	-52,88



DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00
ARRECADADO EXERCÍCIO 2011

Mês	Taxas Judiciais		Dívida Ativa - Outros		Outras Receitas		Dedução ICMS		
	Projetado	Arrecadado	Var. (%)	Projetado	Arrecadado	Var. (%)	Projetado	Deduzido	Var. (%)
Janeiro	632.939,36	94.302,11	-85,56	19.302,65	12.303,23	721866,00	32,38	3.872,00	-100,00
Fevereiro	387.358,70	22.472,78	-94,20	11.451,33	12.257,10	7,04	49,16	201.045,20	-98,72
Março	501.563,81	24.916,38	-95,03	89.194,00	19.241,12	-78,43	33,11	68.915,00	-100,00
Abril	521.431,98	15.124,54	-97,10	77.852,00	9.144,60	-88,25	-10,30	103.429,60	70,04
Mai	550.068,67	20.278,65	-96,31	50.667,00	31.567,77	-37,70	47,38	1.839,82	-74,18
Junho	685.575,86	14.619,70	-97,87	9.593,87	32.690,80	240,75	17,31	550.563,00	-94,94
Julho	640.133,23	17.780,71	-97,22	9.434,55	27.125,44	187,51	56,46	89.013,26	-97,49
Agosto	577.528,12	13.340,80	-97,69	92.649,80	26.568,65	-71,32	32,38	33.907,43	-39,41
Setembro	596.311,88	13.271,77	-97,77	27.993,20	15.578,62	-44,35	53,56	59.821,77	-92,37
Outubro	502.379,87	19.815,76	-96,06	21.451,80	10.599,76	-50,59	31,99	5.519,00	-100,00
Novembro	584.180,49	18.553,33	-96,82	17.825,20	13.876,89	-22,15	-40,40	383.148,60	-98,14
Dezembro	464.640,84	12.766,83	-97,25	86.995,27	27.327,48	-68,59	10,84	1.098.515,60	-100,00
Total	6.664.112,80	287.243,36	-95,69	514.410,67	238.281,46	-53,68	18,60	2.599.590,28	241.249,14

Mês	Dedução IPTCD		Dedução IPVA		Dedução Taxas		Dedução Outras Receitas		
	Projetado	Deduzido	Var. (%)	Projetado	Deduzido	Var. (%)	Projetado	Deduzido	Var. (%)
Janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Fevereiro	-	-	-	9.494,90	910,33	6,00	-99,34	2.592,41	-100,00
Março	964,46	-	-100,00	5.453,40	581,91	-92,10	-100,00	6.605,00	85,92
Abril	2.065,17	-	-100,00	5.005,20	430,67	-100,00	-100,00	8.654,50	-100,00
Mai	17.038,94	-	-100,00	1.089,31	399,00	-1,18	-100,00	3.766,90	-100,00
Junho	632,09	-	-100,00	4.745,60	127,47	270,27	-78,82	3.840,10	-95,75
Julho	157,38	2.209,63	1.303,97	16.833,00	32.554,56	93,40	351,15	4.904,60	-32,46
Agosto	983,80	330,00	-66,46	3.309,36	17.598,20	3.158,54	33,29	1.460,02	-100,00
Setembro	455,19	-	-100,00	540,06	17.598,20	3.158,54	78,55	1.111,87	231,39
Outubro	893,14	-	-100,00	15.452,72	8.807,91	-43,00	21,00	3.308,10	-100,00
Novembro	1.698,14	-	-100,00	13.069,10	4.260,19	-67,40	-99,19	2.003,20	468,09
Dezembro	1.163,52	-	-100,00	5.834,10	14.889,00	155,21	39,00	11.380,00	-30,06
Total	26.061,85	2.539,63	-90,25	80.826,76	97.188,56	20,24	668,00	39.588,64	27.665,88



GOVERNO DO
TOCANTINS
www.tocantins.gov.br

SECRETARIA DA
FAZENDA
www.sefaz.tocantins.gov.br

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00
ARRECADADO EXERCÍCIO 2011

ARRECADADO GERAL			
MÊS	Projetado	Arrecadado	Var. (%)
JAN	111.773.648,67	128.764.282,45	15,20
FEV	107.586.405,90	121.163.829,92	12,62
MAR	111.833.286,49	119.119.889,99	6,52
ABR	113.219.922,28	124.336.869,48	9,82
MAI	120.616.897,10	134.201.300,06	11,26
JUN	127.593.358,67	142.272.511,65	11,50
JUL	129.551.542,66	142.679.606,01	10,13
AGO	135.025.230,68	151.525.207,42	12,22
SET	137.109.508,25	148.471.683,21	8,29
OUT	131.543.676,22	142.276.021,16	8,16
NOV	132.646.574,64	138.354.290,95	4,30
DEZ	145.724.106,05	182.218.705,47	25,04
TOTAL	1.504.224.157,62	1.675.384.197,77	11,38

Fonte: SEFAZ/TO

Nota 01: Deduções referentes à indêbitos tributários ou pagamento em duplicidade.

Nota 02: Os valores arrecadados contemplam as Compensações e as Multas por Autos de Infração.


MARCELLO RODRIGUES LIMA
Superintendente de Gestão Tributária


JOÃO CARLOS LIMA DA CRUZ
Diretor Substituto



ANEXO IV
SALDO DA BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL
Por Grandes Regiões e Unidades da Federação
Janeiro a Dezembro

Região / UF	2008	2009	2010	2011
NORTE	1.681.223.587	2.032.711.328	2.373.013.554	6.136.089.785
Acre	20.925.774	14.327.094	17.776.970	10.228.599
Amazonas	-8.755.598.183	-6.055.326.235	-9.936.110.237	-11.815.595.365
Pará	9.669.708.921	7.550.816.586	11.687.694.465	16.992.005.576
Rondônia	430.129.679	224.949.832	191.814.675	81.914.754
Amapá	148.115.696	142.683.307	303.830.568	535.102.389
Roraima	13.882.452	2.616.641	3.895.649	8.423.534
Tocantins	154.059.248	152.644.103	104.111.464	324.010.298
NORDESTE	-74.879.784	820.583.593	-1.614.036.549	-5.325.407.415
Maranhão	-1.266.448.058	-760.621.524	-896.543.204	-3.234.283.628
Piauí	65.255.550	98.989.069	-59.590.560	6.012.480
Ceará	-281.500.325	-150.311.516	-898.641.556	-1.000.032.886
Rio Grande do Norte	140.786.263	108.176.083	-34.064.525	38.583.599
Paraíba	-168.667.798	-275.509.076	-466.781.115	-792.851.738
Pernambuco	-1.522.959.352	-1.157.400.210	-2.159.151.203	-4.332.530.752
Alagoas	661.448.671	711.621.739	723.549.087	920.038.075
Sergipe	-91.883.099	-92.580.026	-103.019.248	-179.385.145
Bahia	2.389.088.364	2.338.219.054	2.280.205.775	3.249.042.580
SUDESTE	11.097.650.491	6.960.358.348	13.538.708.494	21.004.627.274
Minas Gerais	13.961.123.935	12.166.862.371	20.510.908.138	28.366.841.580
Espírito Santo	1.492.768.022	1.025.987.692	4.677.057.063	4.420.869.222
Rio de Janeiro	4.291.877.466	1.874.821.812	3.812.507.144	10.468.490.627
São Paulo	-8.648.118.932	-8.107.313.527	-15.461.763.851	-22.251.574.155
SUL	4.929.016.650	6.507.425.845	-2.060.777.425	-3.410.677.215
Paraná	678.273.187	1.601.983.710	225.000.661	-1.372.261.406
Santa Catarina	315.494.127	-860.490.214	-4.388.318.773	-5.803.354.719
Rio Grande do Sul	3.935.249.336	5.765.932.349	2.102.540.687	3.764.938.910
CENTRO-OESTE	5.073.518.223	6.682.808.932	5.495.059.486	7.775.845.814
Mato Grosso	6.532.373.278	7.634.472.636	7.463.017.994	9.521.040.414
Mato Grosso do Sul	-1.586.297.832	-752.595.874	-421.136.134	-552.806.687
Goiás	1.041.565.088	762.273.351	-130.370.874	-123.205.580
Distrito Federal	-914.122.311	-961.341.181	-1.416.451.500	-1.069.182.333
NÃO DECLARADO	2.251.146.128	2.268.511.771	2.588.242.723	3.615.687.618
BRASIL	24.957.675.295	25.272.399.817	20.146.857.897	29.796.165.861

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior



GOVERNO DO
TOCANTINS
www.tocantins.gov.br

SECRETARIA DA
FAZENDA
www.sefaz.toc.br

ANEXO V

EXPORTAÇÃO DO BRASIL - Em US\$ FOB

Por Grandes Regiões e Unidades da Federação - Em US\$ FOB
Janeiro a Dezembro

Região / UF	2011				Var. (%)			(% da Região)			(% do País)				
	2008	2009	2010	2011	09 / 08	10 / 09	11 / 10	2008	2009	2010	2011	2008	2009	2010	2011
NORTE	13.060.952.048	10.111.820.867	15.110.687.198	20.861.452.592	-22,58	49,44	38,06	100,00	100,00	100,00	100,00	6,60	6,61	7,48	8,15
Acre	22.066.395	15.720.476	20.734.285	16.977.146	-28,76 ³¹	31,89 ¹⁰	-18,12 ³⁰	0,17	0,16	0,14	0,08	0,01	0,01	0,01	0,01
Amapá	1.268.029.700	883.865.848	1.119.251.587	914.072.920	-30,30 ²²	26,63 ¹²	-18,33 ²⁷	9,71	8,74	7,41	4,38	0,64	0,58	0,55	0,36
Pará	10.681.391.522	8.345.255.133	12.835.420.476	18.336.604.195	-21,87 ¹⁴	53,81 ⁶	42,86 ⁴	81,78	82,53	84,94	87,90	5,40	5,45	6,36	7,16
Roraima	582.849.951	391.236.372	426.928.869	489.510.256	-32,88 ²⁴	9,12 ²³	14,66 ¹⁹	4,46	3,87	2,83	2,35	0,29	0,26	0,21	0,19
Amapá	192.572.626	182.838.833	352.978.411	602.792.470	-5,05 ³	93,05 ²	70,77 ¹	1,47	1,81	2,34	2,89	0,10	0,12	0,17	0,24
Roraima	16.336.320	12.686.111	11.381.899	15.179.284	-22,34 ¹⁶	-10,28 ²⁶	33,36 ⁹	0,13	0,13	0,08	0,07	0,01	0,01	0,01	0,01
Tocantins	297.705.534	280.218.094	343.991.671	486.316.321	-5,87 ¹	22,76 ¹⁶	41,37 ⁵	2,28	2,77	2,28	2,33	0,15	0,18	0,17	0,19
NORDESTE	15.451.506.601	11.616.307.959	15.850.652.782	18.830.331.459	-24,82	36,60	18,67	100,00	100,00	100,00	100,00	7,81	7,59	7,86	7,35
Maranhão	2.836.303.036	1.232.814.138	2.920.267.012	3.047.103.050	-56,53 ²⁷	136,88 ¹	4,34 ²³	18,36	10,61	18,40	16,18	1,43	0,81	1,45	1,19
Piauí	136.962.444	167.466.199	129.184.842	164.346.156	22,27 ¹	-22,86 ²⁷	27,22 ¹²	0,89	1,44	0,81	0,87	0,07	0,11	0,06	0,06
Ceará	1.276.970.342	1.080.168.033	1.269.498.551	1.403.295.759	-15,41 ⁹	17,53 ¹⁹	10,54 ²¹	8,26	9,30	8,00	7,45	0,65	0,71	0,63	0,55
Rio Grande do Norte	348.091.062	258.103.664	284.738.231	281.181.417	-25,85 ¹⁷	10,32 ²²	-1,25 ²⁵	2,25	2,22	1,79	1,49	0,18	0,17	0,14	0,11
Paraíba	227.704.811	158.200.879	217.833.414	225.191.013	-30,52 ²³	37,69 ⁸	3,38 ²⁴	1,47	1,36	1,37	1,20	0,12	0,10	0,11	0,09
Pernambuco	937.632.596	823.971.896	1.112.498.319	1.198.969.467	-12,12 ⁷	35,02 ⁹	7,77 ²²	6,07	7,09	7,01	6,37	0,47	0,54	0,55	0,47
Alagoas	877.499.987	824.053.427	971.015.073	1.371.546.559	-6,09 ⁵	17,83 ¹⁸	41,25 ⁶	5,68	7,09	6,12	7,28	0,44	0,54	0,48	0,54
Sergipe	111.676.810	60.729.971	76.600.688	122.398.886	-45,62 ²⁶	26,13 ¹⁴	59,79 ²	0,72	0,52	0,48	0,65	0,06	0,04	0,04	0,05
Bahia	8.698.665.513	7.010.799.752	8.886.016.652	11.016.299.152	-19,40 ¹¹	26,75 ¹¹	23,97 ¹⁴	56,30	60,35	56,00	58,50	4,39	4,58	4,40	4,30
SUDESTE	110.961.412.605	81.927.997.488	115.494.076.683	145.906.204.931	-26,17	40,97	26,33	100,00	100,00	100,00	100,00	56,06	53,55	57,20	56,99
Minas Gerais	24.444.439.940	19.517.677.395	30.473.749.226	41.392.937.313	-20,15 ¹²	56,13 ⁵	35,83 ⁸	22,03	23,82	26,39	28,37	12,35	12,76	15,09	16,17
Espírito Santo	10.099.372.307	6.510.240.948	12.271.163.103	15.158.502.602	-35,54 ²⁰	88,49 ³	23,53 ¹⁵	9,10	7,95	10,62	10,39	5,10	4,26	6,08	5,92
Rio de Janeiro	18.714.401.761	13.519.419.301	20.456.075.500	29.445.493.699	-27,76 ²⁰	51,31 ⁷	43,94 ³	16,87	16,50	17,71	20,18	9,45	8,84	10,13	11,50
São Paulo	57.703.198.597	42.380.659.844	52.293.088.854	59.909.271.317	-26,55 ¹⁹	23,39 ¹⁵	14,56 ²⁰	52,00	51,73	45,28	41,06	29,15	27,70	25,90	23,40
SUL	41.964.785.241	32.886.549.502	37.140.483.768	45.872.377.352	-21,63	12,94	23,51	100,00	100,00	100,00	100,00	21,20	21,50	18,39	17,92
Paraná	15.248.495.222	11.222.826.796	14.176.010.340	17.394.228.350	-26,40 ¹⁸	26,31 ¹³	22,70 ¹⁶	36,34	34,13	38,17	37,92	7,70	7,34	7,02	6,79
Santa Catarina	8.256.217.982	6.427.660.746	7.582.026.804	9.051.047.137	-22,15 ¹⁵	17,96 ¹⁷	19,38 ¹⁸	19,67	19,54	20,41	19,73	4,17	4,20	3,76	3,54
Rio Grande do Sul	18.460.072.037	15.236.061.960	15.382.446.624	19.427.101.865	-17,46 ¹⁰	0,96 ²⁴	26,29 ¹³	43,99	46,33	41,42	42,35	9,33	9,96	7,62	7,59
CENTRO-OESTE	14.163.371.902	14.109.547.132	15.610.912.888	20.805.212.639	-0,38	10,64	33,27	100,00	100,00	100,00	100,00	7,16	9,22	7,73	8,13
Mato Grosso	7.809.549.087	8.426.868.709	8.451.980.760	11.099.522.991	7,90 ²	0,30 ²⁵	31,32 ¹¹	55,14	59,72	54,14	53,35	3,95	5,51	4,19	4,34
Mato Grosso do Sul	2.096.267.255	1.937.634.439	2.961.448.993	3.916.260.636	-7,97 ⁸	52,84 ¹	32,24 ¹⁰	14,80	13,73	18,97	18,82	1,06	1,27	1,47	1,53
Goias	4.091.762.183	3.614.963.748	4.044.660.617	5.605.193.073	-11,65 ⁶	11,89 ²¹	38,58 ⁷	28,89	25,62	25,91	26,94	2,07	2,36	2,00	2,19
Distrito Federal	165.793.377	130.080.236	152.822.518	184.235.939	-21,54 ¹⁵	17,48 ²⁰	20,56 ¹⁷	1,17	0,92	0,98	0,89	0,08	0,09	0,08	0,07
TÓO DECLARADO	2.340.414.512	2.342.519.857	2.691.471.544	3.763.995.795	0,09	14,90	39,85	-	-	-	-	1,18	1,53	1,83	1,47
BRASIL	197.942.442.909	152.994.742.805	201.915.285.335	256.039.574.768	-22,71	31,98	26,81	-	-	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior

